

Fraude movida a dinheiro do Orçamento

Auditoria feita pelo TCU confirma envolvimento de 23 prefeituras mineiras no esquema de desvio de verbas federais, através de emendas de parlamentares, denunciado pelo EM em 2002

Alessandra Mello

Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 30 prefeituras mineiras confirmou a existência de um esquema para desviar recursos federais por meio de emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento da União. As irregularidades foram denunciadas por uma série de reportagens do ESTADO DE MINAS publicadas em 2002. O esquema envolve 26 empresas, a maioria delas fantasmas, e prefeituras do Leste de Minas. OTCU auditou 121 convênios celebrados pelos 30 municípios para a liberação de recursos do governo federal.

O volume de dinheiro envolvido nesse esquema é da ordem de R\$ 10 milhões repassados aos municípios, no período de 1999 a 2002, por meio de convênios, celebrados, principalmente pelos Ministérios da Integração Nacional, da Saúde, do Esporte, e Previdência e Assistência Social, pasta desmembrada em duas pelo atual governo. A maioria dos recursos se destinava a obras de saneamento, habitação e construção de quadras poliesportivas. A inspeção, feita por seis equipes de auditores, demorou cerca de dois anos para ser concluída. Todos os prefeitos e empresas e pessoas envolvidas no esquema estão sendo ouvidos pelo TCU.

Alguns já foram denunciados pelo Ministério Público Estadual ao Tribunal de Justiça. Entre eles, está o deputado estadual Márcio Passos (PL), acusado pelo MP de ser o agenciador dos contratos firmados entre as prefeituras e as empresas fantasmas. Também foi denunciado o proprietário de uma das construtoras envolvidas na fraude, a Ponto Alto, Silvério Dornelas Cerqueira. A denúncia contra Passos foi acatada por unanimidade pela Corte Superior do TJ, em fevereiro deste ano.

Ele era assessor do deputado federal João Magalhães (PMDBMG) na época que as irregularidades envolvendo recursos liberados por meio de emendas parlamentares começaram a ser investigadas pelo Ministério Público. Passos recebia prefeitos e lideranças políticos no mesmo endereço onde funcionava a Construtora Ponto Alto, em Governador Valadares.

Ponto alto

Segundo o relatório do TCU, a Ponto Alto era a “centralizadora do esquema de fraudes nas licitações denunciadas e verificadas pelas equipes”. A construtora recebeu das prefeituras auditadas pelo menos R\$ 568 mil, segundo um levantamento feito pelo TCU em alguns dos principais convênios analisados. Na época das investigações, a Procuradoria de Justiça Especializada em Crimes de Prefeitos Municipais pediu ao Ministério Público Federal (MPF) que investigasse a participação do deputado federal João Magalhães no esquema de fraudes. O MPF não encontrou nenhuma prova contra Magalhães e o processo foi arquivado. Magalhães foi o responsável pela apresentação de emendas e pela liberação de recursos para alguns dos convênios investigados. Passos não foi encontrado pela reportagem para comentar o relatório do TCU. Na época das denúncias, a Câmara dos Deputados abriu uma comissão para investigar o desvio de verbas federais por meio de recursos federais liberados por meio de emendas parlamentares.

Das 30 prefeituras auditadas, o TCU constatou a existência de irregularidades graves relacionados ao esquema de desvio de recursos federais, fraude em licitação e conluio entre empresas, prefeitos e comissões de licitação em 23 delas. Nas outras cidades foram encontradas “falhas graves”, mas o TCU não conseguiu estabelecer um vínculo entre os problemas detectados e o esquema de desvio de recursos federais.

Falha no repasse de recurso

O relatório final da auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União em 30 municípios mineiros, envolvidos no esquema de desvio de verbas do Orçamento da União, aponta também a ausência de controle dos órgãos que repassam os recursos por meio de convênios. De acordo com o TCU, em 16 prefeituras foram constatadas irregularidades graves na execução da obra e na comprovação de despesas, mas mesmo assim os convênios foram aprovados pelos órgãos repassadores dos recursos. A maioria dos convênios irregulares foram aprovados pelo Ministério da Saúde, pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e pelo Fundo Nacional de Saúde. “Chama a atenção, também, que um número expressivo de convênios, nos quais se encontrou irregularidades graves, foram aprovados pelo órgãos concedentes”, diz o relatório assinado pelo ministro Augusto Sherman Cavalcanti.

Nesse mesmo documento, o ministro lembra que uma decisão anterior do TCU determinou que “fossem realizadas auditorias nos órgãos repassadores para verificar eventuais irregularidades na liberação dos recursos conveniados e na aprovação da prestação de contas já refletindo a preocupação desta casa quanto à responsabilidade dos órgãos federais em assegurar a correta aplicação dos recursos transferidos aos municípios por meio de convênios”.

“De acordo com o TCU, em 16 prefeituras foram constatadas irregularidades graves na execução da obra e na comprovação de despesas, mas mesmo assim os convênios foram aprovados pelos órgãos repassadores dos recursos.”

Infrações

Segundo o ministro, algumas das auditorias feitas pelo TCU constataram a ocorrência de irregularidades nos procedimentos adotados pelos ministérios e outros órgãos federais repassadores de recursos para os municípios por meio de convênios. Entre elas, a celebração de convênios com planos de trabalhos incompletos, liberação de recursos para municípios que deixaram de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e que estão inadimplentes e que com convênios com vigência expirada. O TCU também detectou omissão e atraso na apresentação da prestação de contas, sem o correspondente registro de inadimplência no Siafi (Sistema de Administração Financeira), análise intempestiva de prestação de contas e preenchimento incompleto de documentos essenciais para a verificação dos convênios. O ministro compara o esquema de fraudes em Minas Gerais com a operação “Gafanhoto” da Polícia Federal que apontou a existência de uma quadrilha que desviava recursos da folha de pagamento do governo do estado de Roraima.

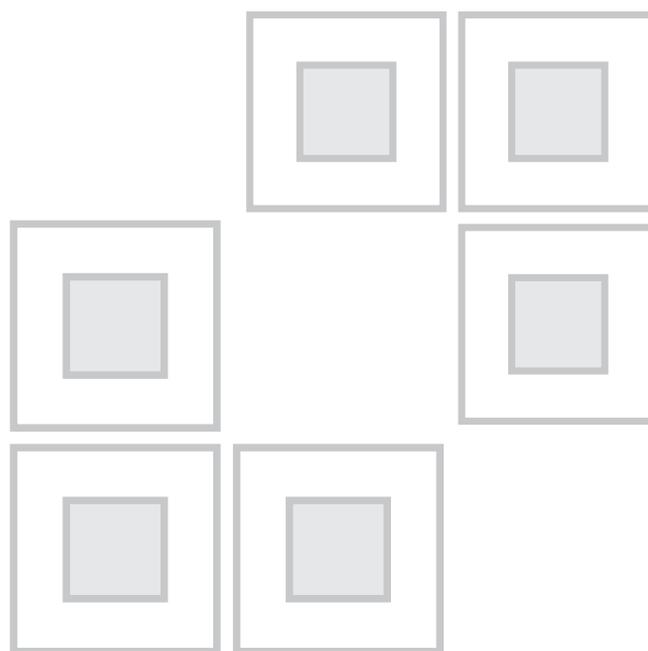
Sherman recomenda em seu relatório o envio do resultado final da auditoria para a Controladoria-Geral da União (CGU) para que ela tome providências para evitar a repetição das irregularidades detectadas no esquema de fraude existente em Minas Gerais. De acordo com o ministro, esse mesmo esquema pode estar se repetindo em outros estados brasileiros. Procurada pela reportagem a CGU informou que estava fazendo um levantamento das providências adotadas a partir do relatório do TCU e que só teria condições de falar sobre esse assunto hoje.

Principais irregularidades detectadas

- Conluio entre prefeituras e empresas para a realização das licitações
- Licitações montadas
- Inexistência física das empresas participantes da licitação
- Ausência de registro das empresas na Junta Comercial de Minas Gerais
- Ausência de estrutura administrativa ou operacional das empresas participantes da licitação
- Emissão de notas fiscais inidôneas
- Constituição forjada de empresas
- Montagem dos contratos de constituição das empresas
- Montagem das propostas apresentadas pelas empresas
- Evidência de desvio de recursos
- Evidência de favorecimento da Construtora Ponto Alto

Cidades citadas no relatório do TCU

- Águas Formosas
 - Alpercata
 - Bertópolis
 - Capitão Andrade
 - Coroaci
 - Cuparaque
 - Divinolândia de Minas
 - Engenheiro Caldas
 - Felisburgo
 - Fernandes Tourinho
 - Frei Gaspar
 - Frei Inocêncio
 - Itabirinha de Mantena
 - Itambacuri
 - Padre Paraíso
 - Santa Helena de Minas
 - Santa Rita do Itueto
 - São Geraldo da Piedade
 - São José do Jacuri
 - Taparuba
 - Tarumirim
 - Umburatiba
 - Virginópolis
- (Estado de Minas - 1º/10)



Para o TCU, falta de fiscalização prejudica Bolsa-Família

No mesmo dia em que o alto escalão do governo se reuniu para debater suas metas sociais para os próximos dois anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a falta de fiscalização do Bolsa-Família, principal programa social do governo está prejudicando sua função. Mais do que isso, a unificação dos programas sociais existentes no Bolsa-Família desestruturou o que havia de controle de contrapartidas nos programas anteriores, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

No relatório, os auditores do TCU revelam que, aparentemente, as famílias ainda não deixaram de cumprir as contrapartidas exigidas pelo governo. No entanto, não pela existência de uma fiscalização, mas pelo simples fato de não saberem que não está havendo cobrança e temerem a perda do benefício. Um fato que pode mudar assim que for verificado que nada acontece se, por exemplo, a criança deixar de ir à escola.

O TCU critica, também, o que deveria ser um dos pontos centrais do programa, que está sob a responsabilidade do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias: o controle social. De acordo com o que os auditores relatam, simplesmente não há instâncias de controle social no Bolsa-Família. Quando o programa Fome Zero foi criado, com o cartão alimentação - um dos que foi incluído no Bolsa Família - comitês gestores